



MUDANÇAS, PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS SOCIOESPACIAIS:
15 ANOS DA FAMAM NO RECÔNCAVO DA BAHIA/BRASIL
8 A 10 DE NOVEMBRO DE 2018
FACULDADE MARIA MILZA



QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF FLORESTA EM UBAÍRA BA

QUALITY OF LIFE OF PRONAF FOREST BENEFICIARIES IN UBAÍRA BA

Nei Fábio do Nascimento Andrade¹
Aline Fonseca Gomes²
Sérgio Roberto Lemos de Carvalho³

As políticas públicas são ferramentas de intervenção, principalmente do Estado, para trazer equidade social, econômica ou ambiental, ou para sanar desigualdades históricas, a exemplo daquelas voltadas para a agricultura familiar no Brasil. Dentre elas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem como sua principal diretriz a melhora na qualidade de vida das famílias beneficiadas. O presente artigo teve como objetivo avaliar a eficácia de uma política pública percebendo se houve melhora do índice de qualidade de vida, e também traçar o perfil socioeconômico dos agricultores. A pesquisa foi realizada com 34 produtores rurais do município de Ubaíra BA, beneficiários de um subprograma do Pronaf, o Floresta, destinado para o plantio da lavoura de eucalipto em suas propriedades no ano de 2007. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa, com aplicação de questionários com os agricultores e entrevistas com as entidades envolvidas na aplicação da política pública. Com os dados coletados através do questionário, além de se ter o perfil socioeconômico dos agricultores, foi possível criar um Índice de Qualidade de Vida – IQV baseado no utilizado por Fernandes (1999), buscando perceber a variação desse índice antes do financiamento, e agora, cerca de 11 anos depois, com o fechamento da cadeia produtiva da lavoura financiada. Através da análise dos resultados encontrados, percebe-se que a melhora da qualidade de vida foi pequena, e que, segundo os agricultores o Pronaf Floresta não foi o responsável por essa mudança.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Qualidade de Vida. Pronaf.

Publicpolitics are intervention tools adoptedmainlybyState. In this point, thegoalofStateisbringingequity; social, economicalorenviromentalequity. Doing it, Stateproposestoheal/repairhistoricaldisequalities; for instancethoseonesrelatedto familiar farming in Brazil. Amongthem, canbehighlit PRONAF – Familiar FarmingEmpowermentNationalProgram; whosemainguidelineisimprovingoflifequalityofbenefitedfamilies. The aimofthisessay are evaluatingtheefficacyof a publicpolitic, noticingiftherewasany upgrade in lifequality rate andalsooutlining a social economical profile ofthefarmers. The

¹ Mestrando pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Faculdade Maria Milza – FAMAM, Governador Mangabeira – BA; C Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7388268812477395>; neifabio10@yahoo.com.br

² Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador, Salvador – BA; C Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1317795059868209>; alinefonsecagomes@hotmail.com

³ Doutor em Geologia pela Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA; C Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1222834152582841>; sergiobertolc@hotmail.com



MUDANÇAS, PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS SOCIOESPACIAIS:
15 ANOS DA FAMAM NO RECÔNCAVO DA BAHIA/BRASIL
8 A 10 DE NOVEMBRO DE 2018
FACULDADE MARIA MILZA



research was done with 34 rural producers from Ubaíra-BA. They were contemplated by a PRONAF sub-program named Floresta addressed to grow eucalyptus in their properties in 2007. Methodologically it is a descriptive research whose nature is qualitative and quantitative. Some survey forms were applied to the farmers and interviews were done to members of entities related to the public policy. After collecting data through the survey, beyond the social economic profile of the farmers; it was possible to establish a Life Quality Index – IQV (in Portuguese) based in that one shown by Fernandes (1999), whose intention is measuring the variation of life quality before the financing, and nowadays; around 11 years after, with the closing productive chain of financed tillage. After analyzing the found results, it was noticed the producers had a little advanced in their life quality and according to them, the Pronaf Floresta was not the responsible by this positive changing.

Keywords: Public Policies. Quality of life. Pronaf.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é aquela, em sua essência, em que o cultivo da terra é feito por uma família, e nessa atividade está centralizada cerca de 70% da produção de alimentos do Brasil, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015). Trata-se de um segmento da economia de suma importância para o desenvolvimento de uma determinada região.

Nesse contexto, pode-se apontar como atores, a sociedade civil organizada, as empresas e suas instituições representativas, as empresas de assistência técnica e/ou capacitação, os agricultores, o Estado, dentre outros. Todos esses têm um papel relevante no Desenvolvimento Local, sendo que se acredita que o Estado é um dos mais importantes, quando se identifica seu poder de criar políticas que fomentem a melhoria da dinâmica econômico-social. Na agricultura familiar, essas políticas podem auxiliar na manutenção do homem no campo, e também a valorizar a atividade produtiva, que historicamente, percebe-se que não teve muitos benefícios governamentais, quando comparado ao montante destinado a agricultura empresarial.

Durante muito tempo, principalmente entre as décadas de 1930 e 1970, as políticas públicas eram voltadas, em sua maioria, para os centros urbanos, e as destinadas à zona rural, atendiam aos grandes agricultores. Assim, foi possível notar que os pequenos produtores, sem perspectivas de crescimento migravam para

grandes centros urbanos em buscas de melhores condições de vida, inchando as cidades, e abandonando suas pequenas propriedades.

De forma a mudar essa dinâmica e criar mecanismos de manutenção no pequeno agricultor em suas propriedades, no ano de 1996, foi criado o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, através do Decreto 1.946. O objetivo institucional dessa política pública é apoiar o agricultor familiar de forma que esse tenha melhora na sua qualidade de vida e possa impulsionar o desenvolvimento rural, com geração de renda, criação de ocupações produtivas, fixação do homem no campo, articulação do espaço rural e urbano. (MDA, 2018).

O PRONAF com o passar dos anos foi se aperfeiçoando, subdividindo o programa em linhas de crédito, adaptando-se a segmentos ou áreas de interesse governamental, a exemplo do Pronaf Custeio, Pronaf Investimento, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, dentre outros.

Diante desse contexto, o presente artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada junto aos beneficiários do PRONAF Floresta no município de Ubaíra – BA, com o intuito de analisar a eficácia de uma política pública voltada para o agricultor familiar e que tem como diretriz principal a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Para mensurar essa melhora foi criado um índice de qualidade de vida

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 34 agricultores familiares beneficiados com o PRONAF Floresta em Ubaíra-BA no ano de 2007, conforme divulgado pelo Jornal A Tarde (Figura 1). O município foi um dos pioneiros no estado a utilizar os recursos do Pronaf para a Silvicultura, tendo em vista que esse subprograma foi criado no ano de 2006, através da Lei 11.326. Foi realizada uma ação conjunta da CEPLAC, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Banco do Brasil e Secretaria de Agricultura do Município, com o direcionamento para a inserção da lavoura de eucalipto em suas propriedades.

Figura 1 – Beneficiários do Pronaf Floreste em Ubaíra 2007



Fonte: Governo da Bahia (2007)

O município de Ubaíra está localizado na região do Vale do Jiquiriçá. Segundo dados do IBGE (2016), tem uma população estimada de 20.793 habitantes com uma área territorial de 659.138 km². A economia do município é baseada na agropecuária, tendo destaque na pecuária o rebanho de bovinos (17.352 cabeças) e galináceos (72.986 cabeças), ambos conforme dados do censo pecuário de 2015 do IBGE. Referindo-se a agricultura, temos as lavouras de banana, cacau e mandioca como as principais atividades desenvolvidas (IBGE, 2016).

Na fase de coleta de dados foram aplicados questionários (adaptado de Moroni, 2006) com esses agricultores. Após a coleta, esses dados foram analisados e tabulados, em forma de tabelas e gráficos, de forma a possibilitar a análise socioeconômica dos agricultores e a evolução da qualidade de vida.

Referindo-se a análise de qualidade de vida, será utilizado o Índice de Qualidade de Vida desenvolvido por Fernandes (1999), com alguns ajustes na sua fórmula, contemplando os indicadores de saúde, educação, condições sanitárias, de moradia e acesso a bens duráveis, comparando a situação antes do financiamento de eucalipto (2007), e na atualidade. Os indicadores Recreação e Segurança foram excluídos da pesquisa, pelo perfil da população estudada. O ciclo da lavoura de eucalipto varia de 06 a 13 anos, dependendo da finalidade (HIGA; MORA; HIGA, 2000).

Seguindo a metodologia utilizada por Fernandes (1999) após a escolha dos indicadores foram estipulados escores e pesos às variáveis que integram cada indicador, sendo formados postos organizados em ordem crescente de valores, saindo do indicador de pior desempenho para o de melhor desempenho. Esses postos foram representados por escores (de 1 a 5) e os pesos foram distribuídos de forma equitativa dentro dos indicadores pesquisados.

Esse método transforma as variáveis qualitativas em quantitativas, chegando ao índice de significância das variáveis sociais. O IQV encontrado foi o coeficiente entre o somatório dos escores multiplicados pelos pesos e divididos pelo somatório do escore máximo, vezes o peso maior (FERNANDES, 1999).

Tomando-se como base o Índice utilizado por Fernandes (1999), segue representação do Índice de Qualidade de Vida:

$$IQV = \frac{\sum_{j=1}^z [C_i]}{n}$$

$$C_i = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^m [\sum_{i=1}^m E_{ij} \cdot P_{ij} / \sum_{i=1}^m E_{maxi} \cdot P_{maxi}]$$

onde,

IQV = Índice de Qualidade de Vida dos beneficiários do PRONAF Florestal, definido para cada período, antes de 2007 e atualmente.

- C_i** = Contribuição do indicador (i) para o IQV dos beneficiários
- E_{ij}** = Escore do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo produtor entrevistado
- P_{ij}** = Peso do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo produtor entrevistado
- i** = 1, 2, ... m indicadores
- j** = 1, 2, ... n produtores entrevistados
- m** = número de variáveis de cada indicador
- P_{maxi}** = peso máximo do i-ésimo indicador
- E_{maxi}** = escore máximo do i-ésimo indicador
- z** = número de indicadores
- n** = número de produtores entrevistados

O Índice de Qualidade de Vida encontrado foi avaliado conforme abaixo:

- 0 --| 1 Índice péssimo de qualidade de vida
- 1 --| 2 Índice ruim de qualidade de vida
- 2 --| 3 Índice regular de qualidade de vida
- 3 --| 4 Índice bom de qualidade de vida
- 4 --| 5 Índice excelente de qualidade de vida

E como foram mensurados dois períodos, o primeiro em 2007 (antes da implantação da lavoura de eucalipto), e o segundo em 2018, foi observado a variação do IQV (Δ), podendo ter havido redução, manutenção ou ganho de qualidade de vida.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Bucci (2002 *apud* MIRANDA; GOMES, 2016, p.399) conceitua políticas públicas como “um conjunto de programas e ações governamentais visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Durante muito tempo, o Estado privilegiou as regiões industriais e comerciais, principalmente na região Sul e Sudeste do país, fortalecendo a economia dessas e traçando políticas públicas direcionadas, atraindo empresas, gerando empregos urbanos, dentre outras, o que favoreceu a concentração de renda nas mãos de poucos, aumentando as disparidades regionais.

Com o passar dos anos, e com os avanços tecnológicos, os postos de trabalho gerados pela indústria foram diminuindo, e surgiu a necessidade de estratégias para gerar novas formas de geração de emprego e renda, e isso aliado à diminuição das desigualdades econômicas regionais, seja a existente entre as cinco regiões geográficas do Brasil, seja das diferenças existentes dentro das próprias regiões.

Nesse contexto, a partir da década de 1990, o Estado começou a atuar no setor agrícola do país de forma diferente como atuava entre as décadas de 1930 a 1980, onde os grandes agropecuaristas eram mais privilegiados (Quadro 2). Assim, a Agricultura familiar reaparece no cenário econômico como fonte de geração de renda e emprego, fixando o homem no campo, e fortalecendo o desenvolvimento local.

De acordo com Secchi (2016), ele se inicia na identificação do problema, depois temos a formação da agenda, a formulação de alternativas, a tomada de decisão, a implementação, a avaliação e a extinção. Segundo ele, uma política pode ser extinta se o problema que a originou é tido como resolvido, ou se as ações são percebidas como ineficazes, ou se o problema, embora não resolvido, perdeu importância para as agendas políticas e formais.

Quadro 2 – Histórico de Políticas Públicas

Ano	Política
1930	Criação do Departamento Nacional de Café
1931	Criação da Comissão de Defesa da Produção de Açúcar
1937	Criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
1938	Criação do Serviço Nacional do Comércio de Farinhas

1941	Criação das Colônias Agrícolas Nacionais, da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha, da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
1963	Lançado o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional
1964	Promulgada a Lei 4.504, dispondo sobre o Estatuto da Terra
1971	Lançado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento; o Programa de Integração Nacional; Criação do Prorural-Funrural
1972	Criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
1974	Criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural; Editado o II Plano Nacional de Desenvolvimento
1985	Criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário; Criação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
1991	Promulgada a primeira Lei Agrícola Nacional (8.171)
1993	Aprovada a Lei Agrária (8.629)
1995	Criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF
1996	Decreto 1.946, de 28 de junho, instituindo o PRONAF como um programa de governo
1999	Criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário

Fonte: Autor, adaptado de Eliane Maria Monteiro da Fonte – As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930. (SCOTT; CORDEIRO, 2006).

Nesse contexto, apresenta-se como foi a evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma política voltada para os pequenos agricultores, visando fortalecer as famílias assistidas, gerando renda, e diminuindo as diferenças sociais.

AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF

A agricultura familiar, como diz Moreira, (1999, p.193), “é o campo da interação social, da busca de identidade, do exercício da intersubjetividade, da luta social e política. É o campo da incerteza e da imprevisibilidade. É também o campo da possibilidade da emergência do novo”.

Em Brasil (2015, *apud* MIRANDA; GOMES, 2016), fica claro que a agricultura familiar é aquela praticada por agricultores que utilizem mão-de-obra familiar, podendo ter até dois empregados permanentes, de posse de áreas de até quatro módulos fiscais, residentes na propriedade ou em povoado próximo, sendo que no mínimo 80% de sua renda bruta familiar anual seja proveniente da atividade agrícola. Spanevello, Matte e Boscardin (2016), trazem também esse conceito e reforçam que a agricultura familiar corresponde a 84,4% das propriedades rurais brasileiras (378.546 propriedades, aproximadamente), com tamanho médio de área de 19 hectares.

Mesmo com essa representatividade a agricultura familiar não foi objeto de políticas que a beneficiassem. Marioni *et al.* (2016), esclarecem que essa esteve pouco presente no processo de desenvolvimento brasileiro, e que os incentivos governamentais eram concentrados para as grandes propriedades rurais, no intuito de aumentar os saldos da balança comercial já que o foco era o mercado externo.

Neste sentido, segundo Miranda e Gomes (2016), surgem na década de 1990 políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar atuando nos aspectos social, cultural, econômico, político e ambiental, de modo a rediscutir e redimensionar o atual modelo de desenvolvimento rural até então existente. Dentre estas iniciativas se destaca o Pronaf, criado pelo Governo Federal com o intuito de garantir e desenvolver a agricultura familiar.

Resende e Mafra (2016) reforçam o entendimento de Marioni *et al.* (2016) ressaltando que a criação de um programa de fortalecimento da agricultura familiar ratifica o direcionamento dado ao modelo de modernização da agricultura adotado até então, em que a grande produção e a grande propriedade eram os setores privilegiados. Essa mudança de paradigma se apresenta no próprio texto do Pronaf, quando se fala em um novo modelo de desenvolvimento rural sem os vícios do passado.

Nesse contexto, o Pronaf se consubstancia na primeira política pública exclusiva da agricultura familiar, tendo contribuído tanto para a consolidação do conceito de agricultura familiar no Brasil quanto para conferir à categoria legitimidade social e reconhecimento como segmento produtivo (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014).

Criado e reformulado no contexto de democratização, incluiu em sua essência o acesso dos mais pobres ao crédito bancário subsidiado pelo Governo Federal para utilização em suas propriedades rurais. De acordo com Marioni *et al.* (2016), a legislação que o criou está em conformidade com os avanços do conceito de desenvolvimento econômico sustentável, cuja ênfase recai na participação da população interessada e no estímulo à formação de capital social.

Na visão de Gazola e Schneider (2013, p.46) “o PRONAF emerge na década de 1990 como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais”. Eles trazem alguns exemplos como, o



Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Lei da Agricultura Familiar, o Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Porém ele traz que o Pronaf está ocasionando vulnerabilidade social no momento em que não incentiva a alteração das atividades econômicas historicamente instituídas dos agricultores.

Referindo-se as contratações do Pronaf, percebe-se na análise de Resende e Mafra (2016), uma crítica quanto a política de aumentar o número de contratos, sem se preocupar no desenvolvimento das localidades onde estão os beneficiários, mantendo as mesmas estruturas, voltadas para a expansão do agronegócio. Seria importante uma preocupação com elevação de produtividade e melhoria da qualidade do produto final financiado, agregando valor e trazendo mais lucro para as famílias.

De acordo com Guanziroli (2007, *apud* MARIONI *et. al.* 2016, p.223), “o PRONAF surge em um contexto em que os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares eram relativos ao custo e à escassez de crédito”. Assim, surgiu um crédito barato direcionado ao pequeno proprietário de terras, que até então usava os poucos recursos que sobravam da venda de seus produtos para reinvestir na lavoura. Com o crédito disponível para custeio ou investimento, eles foram melhorando suas atividades e contribuindo para o desenvolvimento regional.

“O Programa se transformou e trouxe inquestionáveis efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro”, conforme Gazolla e Schneider (2013, p.63). Houve uma melhora nas condições de produção o que permitiu a permanência dos agricultores no campo, uma maior oferta de alimentos beneficiando as famílias e o comércio das cidades, alguns produtos tiveram ganho de produtividade e qualidade suscitando mais receitas, e isso contribuiu para a geração de mais empregos no campo e melhor qualidade de vida dos seus beneficiários.

QUALIDADE DE VIDA

De acordo com Figueira Junior e Ferreira (2006), a qualidade de vida é uma busca crescente em vários países do mundo, em especial na melhoria da condição de vida de populações. Eles trazem ainda que existe relação com o desenvolvimento sustentável, trazendo a discussão indicadores como o Índice de Desenvolvimento



MUDANÇAS, PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS SOCIOESPACIAIS:
15 ANOS DA FAMAM NO RECÔNCAVO DA BAHIA/BRASIL
8 A 10 DE NOVEMBRO DE 2018
FACULDADE MARIA MILZA



Humano (IDH), a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade dentre outros.

Os conceitos de qualidade de vida são os mais diversos. Segundo Argyle (1986) ela seria a percepção individual das condições de saúde e de outros fatores da vida pessoal. Para Minayo et al (2000), se trata do bem-estar pessoal, da posse de bens materiais e participação em decisões coletivas. De acordo com Gross (2004), qualidade de vida foi definida como o grau de satisfação e realização alcançado por um indivíduo em seu processo de vida.

No mesmo ano, Nahas (2004) apresentou que a qualidade de vida reflete um conjunto de aspectos individuais, socioculturais e ambientais que explicam as condições que o indivíduo vive. Em estudo recente, Gonçalves e Viltarta (2004) apresentam que a qualidade de vida está relacionada à forma que as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo a saúde, educação, transporte, moradia e trabalho. (FIGUEIRA JUNIOR; FERREIRA, 2006).

Dados recentes apontam que a qualidade de vida, tem em sua interação, fatores da ordem pessoal em especial as relacionadas ao trabalho, família, lazer, amigos, nível de saúde, moradia, e fatores de ordem coletiva (ambiental) como as condições dos serviços de saúde, educação, transporte coletivo ou vias de acesso, saneamento básico, dentre outros. A associação dos aspectos individuais e coletivos caracteriza o estilo de vida do indivíduo ou de uma população, refletindo em maior ou menor grau de saúde e qualidade de vida. (FIGUEIRA JUNIOR; FERREIRA, 2006).

Historicamente, o termo qualidade de vida se tornou popular quando os políticos norte-americanos o usaram no discurso e nas práticas políticas. De acordo com Pereira, Teixeira e Santos (2012), um dos primeiros a abordar o tema foi o então presidente Lyndon Johnson em 1964, falando do compromisso da sociedade em assegurar estruturas sociais mínimas às pessoas, de forma a lhes permitir perseguir a felicidade.

Em estudos no Brasil, de acordo com Magalhaes et al (2013), as vulnerabilidades sociais estão presentes do cotidiano das famílias, e a superação dessas faz com que a qualidade de vida melhore. Por isso são necessários programas de proteção social, a exemplo do Programa Bolsa Família, ressaltando o papel do Estado para redução da pobreza. Para eles, a pobreza é uma doença

resultante de carências diversas (saúde, educação, saneamento e habitação, dentre outras), que estão interligadas, e trazem privações de liberdade, de oportunidades e de sonhos.

Assim, iremos analisar a Qualidade de Vida através de um Índice e sua variação em torno de uma década (2007 à 2018). Para Fernandes (1999), esse índice varia com o tempo e com o meio em que a população vive, associado ao seu padrão cultural e à classe social e econômica na qual o indivíduo se enquadra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os participantes do estudo foram, como já citado anteriormente, 34 agricultores familiares que aderiram ao Pronaf Floresta no ano de 2007. Será feito um breve relato do perfil socioeconômico, das propriedades dos agricultores, e sobre o Pronaf, e iremos focar nos resultados do IQV dos beneficiários, objetivo principal desse artigo.

A Tabela 2 demonstra que a grande maioria dos produtores (85,29%) são do sexo masculino retratando o perfil do homem como chefe de família, principalmente no meio rural. Outro fator observado que merece atenção é a idade dos beneficiários, onde cerca de 90% possuem mais de 60 anos, o que nos faz pensar sobre a continuidade da atividade rural.

Referindo-se a escolaridade os dados trazem uma realidade de analfabetismo forte (17,65%), e também um alto número de pessoas que apenas sabem ler e escrever (50,00%). Analisando a faixa etária esse índice se concentra com as pessoas com mais de 60 anos de idade, o que pode ser explicado pelo viés histórico de educação no campo no Brasil, onde o incentivo aos estudos começou a ocorrer de forma mais intensa a partir da década de 1990. Um fator positivo é que encontramos um produtor com curso técnico e um com nível superior. Na região existe um campus do Instituto Federal Baiano, com cursos na área de agropecuária, biologia e zootecnia.

Tabela 2 – Perfil Socioeconômico dos produtores

Discriminação	Produtores	%
1. Sexo	34	100,00
Masculino	29	85,29
Feminino	5	14,71

2. Idade (em anos)	34	400,00
30 - 40	2	5,88
41 - 50	1	2,94
51 - 60	8	23,53
61 - 70	12	35,29
Acima de 71	11	32,35
3. Escolaridade	34	100,00
Analfabeto	6	17,65
Sabe ler e escrever	17	50,00
Fundamental incompleto	6	17,65
Fundamental completo	1	2,94
Ensino Médio	2	5,88
Curso Técnico	1	2,94
Ensino Superior	1	2,94

Fonte: Trabalho de campo

Traçando um perfil das propriedades, percebemos na Tabela 3 a predominância de imóveis com até 10 hectares, o que ratifica o perfil do pequeno agricultor. Mais de 80% dos beneficiários são proprietários do imóvel, e o restante, trabalha em unidade familiar. Ao analisar o tipo de tração utilizada (94,12% manual), e os tipos de benfeitorias e equipamentos existentes, percebe-se o baixo nível de utilização de tecnologias, o que poderia melhorar a produtividade das famílias. Ressalta-se ainda que cerca de 40% não utilizam de qualquer tipo de equipamento. Fazendo uma interligação com a lavoura de eucalipto, apenas 7 produtores possuem motosserra, equipamento que mais se adequa a realidade dessa atividade.

Na tabela 4 temos um detalhamento sobre os principais pontos abordados no questionário sobre o financiamento. Um item que merece destaque é que 100% dos agricultores relataram não ter dificuldades de contratação do Pronaf, o que demonstra um envolvimento de todos os envolvidos na implantação da política pública. No entanto, cerca de 20% dos produtores disseram não ter conhecimento à época da contratação das obrigações contratuais, como prazo e juros. Para alguns deles, o nível de escolaridade pode ter influenciado, já que não sabiam ler, e apenas a leitura do contrato feito pela instituição financeira não levou ao total entendimento

Tabela 3 – Perfil das propriedades dos produtores

Discriminação	Produtores	%
Área (hactares)	34	100,00
01 à 10	19	55,88

11 à 20	10	29,41
21 à 30	3	8,82
Acima de 30	2	5,88
Condição da Propriedade	34	100,00
Própria	30	88,24
Familiar	4	11,76
Tração Utilizada	34	100,00
Mecânica	2	5,88
Manual	32	94,12
Equipamentos		%
Nenhum	14	41,18
Roçadeira	11	32,35
Motosserra	7	20,59
Pulverizador	4	11,76
Outros	1	2,94
Benfeitorias		%
Casa	29	85,29
Estufa	19	55,88
Cerca	16	47,06
Açude/Barragem	4	11,76
Outros	3	8,82
Curral	3	8,82

Fonte: Trabalho de campo

Observação: para os itens Equipamentos e Benfeitorias era permitido mais de uma resposta, possibilitando ter um percentual superior a 100%

Um fator preocupante é que apenas 55% dos financiamentos foram quitados, e 64,71% dos agricultores alegaram ter dificuldades de pagamento. Para eles, o principal motivo é o custo que o comprador alega em ter para fazer a derrubada da madeira, fazendo com isso a oferta de um preço muito baixo pelo produto gerando prejuízo para o agricultor. As lavouras foram implantadas em diversas localidades do município de Ubaíra, sem um planejamento geográfico, muitas delas distes mais de 30km da sede e da principal rodovia de acesso, o que ratifica essa realidade.

Tabela 4 – Perfil do Financiamento do Pronaf

Discriminação	Produtores	%
Obrigações do Pronaf Floresta	34	100,00
Conheciam	27	79,41
Não conheciam	7	20,59
Quitação do Financiamento	34	100,00
Sim	19	55,88
Não	15	44,12
Dificuldade de Pagamento	34	100,00
Sim	22	64,71
Não	12	35,29
Dificuldade de Contratação	34	100,00
Não	34	100,00
Pronaf Floresta x Renda	34	100,00
Ficou na mesma	21	61,76
Aumentou	9	26,47
Diminuiu	4	11,76
Pronaf Floresta x Implantação	34	100,00
Sim	29	85,29
Não	5	14,71

Fonte: Trabalho de campo

Ressalta-se que 29 agricultores alegam que implantaram a lavoura de eucalipto em suas propriedades devido ao Pronaf, sem ter nenhum conhecimento anterior sobre esse cultivo. Essa realidade reforça a crítica de Resende e Mafra (2016), quando se diz que a política é aumentar o número de contratos, sem se preocupar com o desenvolvimento e a aptidão cultural das localidades, que nessa situação eram as lavouras de cacau, banana e mandioca. Como reflexo, cerca de 60% dos agricultores não tiveram incremento de renda, e aqueles que tiveram foi devido a trabalhar com o beneficiamento de madeira, com a fabricação de peças para a construção civil, agregando valor a madeira, não ficando refém dos compradores de eucalipto.

Após conhecer o perfil dos produtores, realizou-se o cálculo do IQV dos produtores, buscando entender sua realidade em 2007, antes de tomar o financiamento do Pronaf Floresta e agora em 2018, com o fechamento da cadeia produtiva do eucalipto, percebendo todo o ciclo da política pública. No quadro 1, temos os cinco indicadores estudados e no quadro 2 temos cada variação e o percentual de participação na evolução final do IQV.

Para o indicador saúde, foram analisados os tipos de serviços utilizados pelo beneficiário (1-Atendimento por agente de saúde; 2-Posto de saúde com serviços



MUDANÇAS, PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS SOCIOESPACIAIS:
15 ANOS DA FAMAM NO RECÔNCAVO DA BAHIA/BRASIL
8 A 10 DE NOVEMBRO DE 2018
FACULDADE MARIA MILZA



básicos; 3-Hospital da rede pública; 4-Plano de saúde; 5-Atendimento particular), e o grau de satisfação quanto ao serviço saúde (idem indicador educação).

Houve uma pequena variação de 2007 para 2018, com índice no intervalo de 3 --| 4, ou seja, classificado como bom. Há predominância no atendimento por agentes de saúde e em hospital da rede pública, o que pode ser compreendido pelo baixo nível de renda dos agricultores e também pelo avanço do Programa de Agentes de Saúde criado em 1991 pelo Ministério da Saúde, onde membros da comunidade são capacitados para atuarem na sua própria região como interlocutores do governo.

No indicador Condições de Moradia foram estudados: o tipo de construção do domicílio (1 – taipa; 2 – tijolo; 3 – tijolo e reboco; 4 – tijolo, reboco e piso; e 5 – tijolo, reboco, piso e forrada); a quantidade de cômodos (1 – até 02; 2 – de 03 a 04; 3 – de 05 a 06; e 4 – acima de 7); a quantidade de dormitórios (1 – nenhum; 2 – de 01 a 03; 3 – de 04 a 05; e 4 – acima de 06); o tipo de energia (1 – lampião a querosene; 2 – lampião a gás; 3 – eletricidade com gerador/bateria; e 4 – energia elétrica); e o grau de satisfação com as condições de moradia (idem educação).

Houve uma mudança de patamar no período nesse indicador. Em 2007 ele foi qualificado como índice regular de qualidade de vida (3,57) e em 2018 ele está com 4,14, enquadrado como bom na tabela de parâmetros utilizada. Houve uma melhora principalmente no subitem tipo de construção, onde no primeiro período tinham cinco agricultores morando em casa de tijolo, um em casa de taipa e oito com tijolo e reboco. Atualmente 80% moram em casa de tijolo, reboco e piso, e 17% possuem habitação de tijolo, reboco, piso e forrada.

Referindo-se a quantidade de cômodos e dormitórios não houve variação significativa nos períodos analisados. Atualmente 100% dos beneficiários possuem energia elétrica em suas residências, contrapondo o percentual de cerca de 70% em 2007. Como consequência das melhorias, o índice de satisfação também teve peso importante na nota final do indicador. Hoje, cerca de 80% estão satisfeitos com as condições de moradia, onde em 2007 esse percentual era de 50%. Assim, até mesmo pela faixa etária dos produtores, com menor quantidade de pessoas morando na residência, eles estão melhorando as condições de suas casas, com reformas sem ampliações, buscando mais conforto.

Quadro 1 – Indicadores do IQV e suas avaliações

NR.	SAÚDE		EDUCAÇÃO		MORADIA		SANITÁRIAS		BENS		IQV	
	2007	2018	2007	2018	2007	2018	2007	2018	2007	2018	2007	2018
1	3,15	3,15	2,80	2,25	3,50	3,75	2,00	3,13	3,55	4,35	3,00	3,33
2	3,15	3,15	2,80	2,80	4,00	4,00	2,63	2,63	5,00	5,00	3,52	3,52
3	3,90	5,00	2,05	2,05	4,25	4,25	2,63	2,63	5,00	5,00	3,57	3,79
4	3,15	3,15	2,80	2,80	2,75	4,25	3,00	3,25	2,90	5,00	2,92	3,69
5	3,90	3,90	2,80	4,45	4,50	4,50	1,75	2,00	4,35	5,00	3,46	3,97
6	3,15	4,25	2,05	2,05	2,25	4,00	1,78	2,63	2,90	4,35	2,43	3,46
7	3,15	3,90	2,05	1,50	2,75	3,75	1,35	1,98	2,10	3,55	2,28	2,94
8	3,15	3,15	1,50	1,50	3,25	3,75	1,55	1,55	4,20	5,00	2,73	2,99
9	3,90	3,90	2,80	2,80	3,00	4,25	1,15	1,80	3,70	5,00	2,91	3,55
10	2,40	2,40	2,05	3,15	4,00	4,00	2,38	2,38	4,35	5,00	3,04	3,39
11	3,90	3,90	4,45	4,45	4,25	4,50	1,15	2,88	3,55	5,00	3,46	4,15
12	3,15	3,15	2,25	2,25	4,25	4,50	3,13	3,13	5,00	5,00	3,56	3,61
13	3,15	4,25	3,70	3,70	4,00	4,25	2,50	2,50	4,35	4,35	3,54	3,81
14	3,90	3,90	2,25	2,25	4,00	4,50	0,25	4,50	2,90	5,00	2,66	4,03
15	3,15	3,15	2,80	2,25	3,25	4,00	3,25	3,25	5,00	5,00	3,49	3,53
16	3,90	4,25	2,80	2,80	3,75	4,50	3,05	3,05	3,70	5,00	3,44	3,92
17	3,90	3,90	2,80	2,80	4,00	4,00	2,60	2,60	2,10	5,00	3,08	3,66
18	3,90	3,90	2,80	2,80	2,25	3,25	0,75	2,38	4,35	4,35	2,81	3,34
19	3,90	3,90	2,80	2,80	3,50	3,75	2,38	2,38	5,00	5,00	3,52	3,57
20	2,60	3,35	2,05	2,80	3,50	4,25	2,40	3,75	3,55	4,20	2,82	3,67
21	3,15	3,35	2,05	2,80	3,25	4,25	1,40	2,93	2,25	4,35	2,42	3,54
22	3,90	5,00	2,05	2,80	4,25	4,25	3,75	3,75	4,35	5,00	3,66	4,16
23	3,90	2,60	1,50	2,80	2,75	3,75	1,55	3,25	2,90	5,00	2,52	3,48
24	3,15	3,15	1,50	5,00	3,75	4,25	3,25	3,25	5,00	5,00	3,33	4,13
25	2,60	3,35	2,05	2,80	4,00	4,00	1,30	1,75	3,55	3,55	2,70	3,09
26	3,35	2,40	2,05	2,80	3,50	4,25	3,25	3,25	5,00	5,00	3,43	3,54
27	3,90	3,90	3,15	3,90	4,00	4,50	3,13	3,13	4,35	5,00	3,71	4,09
28	2,60	5,00	3,90	3,90	4,00	4,50	2,15	2,15	4,35	5,00	3,40	4,11
29	2,60	3,35	2,05	2,80	3,25	4,25	1,53	2,63	2,25	4,35	2,34	3,48
30	4,25	4,25	2,05	2,05	4,00	4,50	2,43	2,63	2,90	5,00	3,13	3,69
31	3,15	3,15	1,50	1,50	3,00	4,00	1,15	2,63	2,10	3,55	2,18	2,97
32	3,90	3,90	2,05	2,80	3,50	4,25	1,13	2,63	2,75	5,00	2,67	3,72
33	3,15	4,25	1,50	1,50	4,00	4,00	1,98	5,00	3,55	4,35	2,84	3,82
34	3,15	3,90	2,05	2,80	3,00	4,00	3,25	3,25	2,25	3,55	2,74	3,50
TOT	3,54	3,83	2,55	2,93	3,57	4,14	2,14	2,84	3,68	4,67	3,10	3,68

Fonte: Trabalho de campo

Quadro 2 – Variação dos Indicadores e % de participação no IQV

SAÚDE	%	EDUCAÇÃO	%	MORADIA	%	SANITÁRIA	%	BENS	%	IQV	%
0,29	9,92	0,37	12,64	0,57	19,70	0,70	23,99	0,99	33,75	0,59	100,00

Fonte: Trabalho de campo

O quarto indicador analisado foi Condições Sanitárias. Esse foi o indicador com maior variação entre os períodos analisados, e o com menor nota final, impactando de forma negativa o IQV. Foram questionados: o tipo de água para beber e para consumo (0 – sem tratamento; 1 – tratamento com filtro e assemelhados; e 2 – água da Embasa); a destinação do lixo (0 – jogado nas ruas; 1 – enterrado ou queimado; 2 – recolhido em parte pela prefeitura; e 3 – recolhido totalmente); os tipos de instalações sanitárias (0 – não possui água encanada, cisterna, privada ou fossa; 1 – possui água encanada; 2 – possui banheira, sem fossa; 3 – possui fossa e privada; 4 – possui fossa, banheiro e privada; e 5 – possui fossa, água encanada, banheiro e privada); e o grau de satisfação (1 – insatisfeito; 2 – média satisfação; e 3 – satisfeito).

Houve uma melhora no uso de água para beber, saindo de 11 agricultores que usavam água sem tratamento em 2007 para 05 em 2018. Atualmente cerca de 76% fazem algum tratamento de água para o consumo, fruto do trabalho de conscientização das pessoas mais jovens que frequentam escolas e também do papel do agente comunitário de saúde, influenciando nos hábitos familiares. Referindo-se a água para uso doméstico 60% dos agricultores utilizam a água sem tratamento, percentual semelhante ao do primeiro período.

O lixo produzido pelas famílias é na sua maioria enterrado ou queimado parcialmente (64,70%), mesmo índice de 2007. No ano de 2018 tivemos a presença de 06 agricultores com lixo totalmente recolhido pela prefeitura, mas isso se deve a mudança desses da propriedade rural para povoados distritais, onde há uma presença maior de serviços públicos.

Dentro desse indicador os dois itens que mais tiveram evolução foram as instalações sanitárias e grau de satisfação, sendo esse último o resultado e/ou sentimento de melhora dos demais. Em 2007, menos da metade dos agricultores (44,11%) tinham as instalações completas. No ano de 2018 esse percentual aumentou para 79,41%. No primeiro período também tínhamos 03 agricultores sem acesso a qualquer tipo de saneamento, e 08 apenas com banheiro sem fossa. Já no ano atual a pior situação encontrada foi 01 agricultor apenas com banheiro sem fossa.

Esses dados demonstram uma pequena melhora nas habitações o que pode reduzir uma série de doenças relacionadas a falta de higiene/saneamento, sem falar também de contribuir com o meio ambiente, com a diminuição do nível de lixo e de esgoto ao céu aberto. O grau de satisfação nesse indicador saiu de 44% para cerca de 80% em 2018, mesmo com pouca evolução no geral.

O último indicador pesquisado foi acesso a bens duráveis, onde foi apresentado ao agricultor três grupos de bens (I – bicicleta, rádio, ferro de passar, fogão a gás e máquina de costura; II – televisão, som, geladeira, liquidificador e moto; e III – carro de passeio, caminhão, máquina de lavar roupa, DVD e TV por assinatura), sendo questionado a quantidade de bens existentes em seu domicílio nos dois períodos e o grau de satisfação sobre esse indicador (mesmo peso dos indicadores anteriores).

Trata-se do indicador com maior nota e com maior variação no período estudado. Ele saiu de 3,68 em 2007 (nível bom) para 4,67 em 2018 (nível excelente). Cerca de 67% dos entrevistados têm pelo menos um bem de cada grupo, sendo os itens geladeira, televisão e fogão a gás presentes em todos os lares no ano de 2018. O número de pessoas com acesso a veículo próprio evoluiu de forma significativa, saindo de três agricultores com carro de passeio em 2007 para doze com moto e sete com carro de passeio. Mais de 85% dos agricultores estão satisfeitos nesse indicador.

Enfim, há uma evolução de 0,59 pontos no Índice de Qualidade de Vida dentre os anos de 2007 e 2018 da população pesquisada, mas permanecendo na mesma faixa (3 -| 4), indicado com uma Boa qualidade de vida. Percebe-se que os indicadores que tiveram maior impacto nos dois períodos foram saúde, moradia e acesso a bens duráveis, enquanto que educação e condições sanitárias impactaram também de forma negativa nos dois períodos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

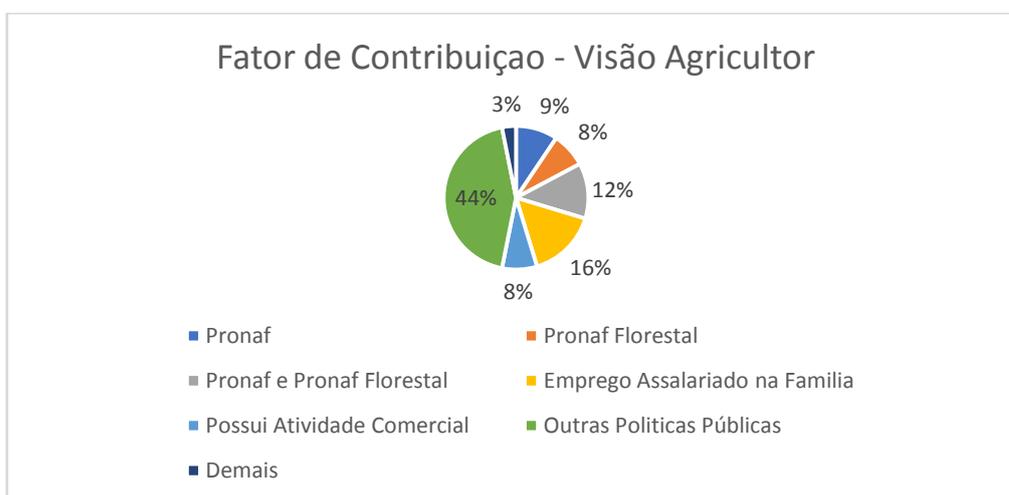
Analisando o perfil socioeconômico encontramos uma população na sua grande maioria idosa, predominantemente do sexo masculino, e com um baixo grau de escolaridade, o que pode dificultar o acesso a novas tecnologias e serem implementadas em suas lavouras, impossibilitando margens maiores de lucro, o que

poderia ser reinvestido na melhora das condições de vida. Esse entendimento pode ser ratificado quando se faz uma verificação dos equipamentos utilizados nas propriedades. Eles não agregam valor a atividade produtiva.

Um fator positivo que merece ser destacado no perfil das propriedades é que na sua maioria são imóveis com até 20 hectares de posse do agricultor ou da família. Isso facilita a gestão do empreendimento pela própria unidade familiar e traz um sentimento de pertencimento para buscar manter as atividades agropecuárias. Nesse custeio da atividade além da renda gerada no imóvel pode-se afirmar que existe uma renda externa que auxilia na manutenção do mesmo e da família, a aposentadoria rural. Vale salientar que 79,41% dos agricultores são aposentados.

Anteriormente foi detalhado o IQV e as contribuições de cada indicador para a formação da nota final, resultando numa pequena melhora da qualidade de vida, porém em ambos períodos foi considerado como bom. Perguntou-se aos agricultores se eles percebiam melhora, e 94,11% responderam que sim. Quando perguntado o fator determinante para essa melhoria, obteve-se as seguintes respostas:

Figura 2 – Fator de Contribuição para o IQV



Fonte: Trabalho de campo

Conclui-se então, que com base nas análises dos dados encontrados e com a visão do agricultor sobre o que levou a sua melhora na qualidade de vida nos últimos 11 anos, o Pronaf Floresta não foi fator determinante para esse resultado. Outras políticas públicas, como a aposentadoria do produtor rural é que vem trazendo melhores condições de sobrevivência para o homem do campo. Percebe-

se assim que para o grupo estudado o Pronaf não está sendo eficaz no atingimento de sua principal diretriz, e que devem ser realizadas mudanças na sua formatação para melhoria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 mai. 2016. s. 1, p. 44, 45 e 46. Disponível em:

<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jun. 1996.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php?conteudo=agente_comunitario_sau> Acesso em: 10 out. 2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. 2015. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Des. Agrário. **Perfil Territorial**. 2015. Disponível em:

<http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_188_Vale%20do%20Jiquiri%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A1%20-%20BA.pdf>. Acesso: 10 abr. 2017.

FERNANDES, Aristóteles Viana et al. Metodologias Alternativas de determinação de qualidade de vida no meio rural: o caso da população da Reserva Extrativista do Rio Cajari AP. **Revista do Departamento de Geografia**, n.13, 1999. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53814/57777>> Acesso em: 14 abr. 2018.

FIGUEIRA JUNIOR, Aylton; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. Qualidade de vida e desenvolvimento sustentável mundial: perspectivas para a sobrevivência. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, ano III, n.07, jan/mar 2006. Disponível em:

<http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/viewFile/451/304> Acesso em 10 out. 2018.

HIGA, Rosana Clara Victoria; MORA, Admir Lopes; HIGA, Antonio Rioyei. **Plantio de Eucalipto na Pequena Propriedade Rural**. Embrapa Florestas, Curitiba. 2000.

Disponível em:

<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/doc54_000fjvb9ypm02wyiv80sq98yq0mwtkuk.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. **Cidades**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ubaira/panorama>>. Acesso em: 24 out. 2017.

MAGALHAES, Kelly Alves et al. A Habitação como Determinante Social da Saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.22, n.1, p.57-72, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n1/07.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

MARIONI, Larissa da Silva *et al.* Uma Aplicação de Regressão Quantílica para Dados em Painel do PIB e do PRONAF. 2016. **Rev. Econ. Sociol. Rural** v.5, n.2, Brasília-DF, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540202>>. Acesso: 12 abr. 2017.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; GOMES, Bruno Martins Augusto. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Trajetórias e Desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Soc. & Nat.**, Uberlândia-MG, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320160306>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: Ed. UFRRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999

MORONI, Márcia Maria Ferreira. **Qualidade de vida e perfil sócio-econômico dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF D da mesorregião Centro Sul Cearense**. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas), Fortaleza. 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PEQUENOS agricultores de Ubaíra aderem ao PRONAF Florestal. **A Tarde OnLine**, Salvador, 20 out. 2007. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1274380-pequenos-agricultores-de-ubaira-aderem-ao-PRONAF-florestal>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do PRONAF sobre a Produção Agrícola Familiar dos Municípios Tocantinenses. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 139-156, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000100008>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarrisa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>> Acesso em: 10 out. 2018.

RESENDE, Cátia Meire; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o PRONAF. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 54, n. 2, p. 261-280, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540204>>. Acesso: 10 abr. 2017.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. UFPE, 2006.



MUDANÇAS, PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS SOCIOESPACIAIS:
15 ANOS DA FAMAM NO RECÔNCAVO DA BAHIA/BRASIL
8 A 10 DE NOVEMBRO DE 2018
FACULDADE MARIA MILZA



SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SPANVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, Revista Latinoamericana, v. 15, n. 44, p. 393-414, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000200018>>. Acesso em: 10 out. 2018.